Proc. TC-016.952/2001-5
Tomada de Contas Especial
Recurso de Revisão

Parecer

Trata-se do Recurso de Revisão interposto pelo Senhor Geraldo Simões de Oliveira contra o Acórdão n.º 2.109/2003 – 1.ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou irregulares as contas especiais do aludido responsável relativas ao Convênio n.º 589/1996, celebrado entre o Fundo Nacional de Saúde – FNS – e o Município de Itabuna/BA, e condenou-o ao pagamento da importância de R\$ 332.880,84 e aplicou-lhe a multa do art. 57 da Lei n.º 8.443/1992, dentre outras medidas contidas no *decisum*. Tal deliberação foi mantida, no que toca ao ora Recorrente, nos termos dos Acórdãos n.ºs 294/2005 e 2.258/2007, ambos da 1.ª Câmara.

2. Em derradeira instrução, a Serur propõe, em pareceres uniformes, o seu não conhecimento e, caso ultrapassada essa fase, o seu não provimento, com a manutenção do *decisum* recorrido (peças n.ºs 35, 36 e 37).

3. No tocante à admissibilidade, diversamente de nossa manifestação pretérita, entendemos nesta oportunidade, em linha de concordância com o então Relator, Ministro Augusto Nardes (peça n.º 21, p. 19), que o presente Recurso preenche os requisitos legais para ser conhecido, por trazer em seu bojo diversos documentos novos, capazes, em tese, de esclarecer o destino dos recursos públicos sob a guarda do responsável, satisfazendo, assim, o comando constante do art. 35, inciso III, da Lei n.º 8.443/1992.

4. Importante consignar ainda que, estando os autos neste Gabinete, ingressou nova e farta documentação apresentada pelo Senhor Geraldo Simões de Oliveira (peças n.ºs 46 a 59), tendente a demonstrar, novamente, a destinação dos recursos federais em tela, reforçando o entendimento pelo conhecimento do expediente revisional.

5. Conquanto tal documentação nova não tenha sido submetida à análise da Serur, observamos que o Recurso já foi objeto de apresentação de elementos adicionais de defesa em outra oportunidade, já tendo havido reinstrução do feito pela referida Unidade Técnica. Considerando, outrossim, que o retorno do feito àquela Secretaria poderia postergar indefinidamente a prestação jurisdicional do Tribunal a cada nova intervenção da parte, entendemos que tais documentos prescindem de nova manifestação meritória da Serur, sem que isso signifique prejuízo à ampla defesa ou ao contraditório, visto que o exame desses elementos dar-se-á por este MP/TCU, bem assim pelo eminente Relator e seus pares.

6. Quanto ao mérito, constata-se que o então Prefeito de Itabuna/BA, Senhor Geraldo Simões de Oliveira, recebeu do FNS R\$ 332.880,84 para ser aplicado no Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional, todavia, não prestou contas da aplicação desse montante, fato que motivou a irregularidade de suas contas e a sua condenação em débito.

7. Posteriormente, verificou-se que tais recursos, tão logo depositados na conta específica do ajuste (18/09/1996), foram transferidos para outras 3 (três) contas da Prefeitura (em 24/09/1996), o que teria impossibilitado averiguar a aplicação no objeto conveniado, bem como teria autorizado, segundo a jurisprudência predominante no TCU, a presunção de desvio desses valores. Em vista disso foi mantida a condenação inicial em sede de Recurso de Reconsideração.

8. A propósito, a Serur, em última manifestação, rechaça a tese de reconhecimento da aplicação desses recursos em prol da municipalidade (desvio de finalidade), sob o fundamento de que as contas para as quais foram transferidos os recursos públicos possuíam saldo remanescente, impedindo o estabelecimento do nexo de causalidade.

9. Com as devidas vênias, entendemos que o Relatório de Análise n.º 032/2013, produzido pela Assessoria de Pesquisa e Análise do Gabinete do Procurador-Geral da República (peça n.º 48), traz informações específicas sobre os recursos do convênio em tela (resultado do exame da quebra de sigilo bancário das diversas contas do Município de Itabuna), podendo ser utilizado nestes autos como

prova emprestada, sobretudo porque, além de envolver prova produzida em processo no curso do qual se observou o contraditório e a ampla defesa, está amparado pelos documentos bancários que suportam as suas conclusões (peças n.ºs 49 a 59).

10. Consoante referido Relatório, é possível, sim, diversamente do que assevera a Serur, estabelecer um paradeiro fidedigno de parte do dinheiro repassado pelo FNS, acerca da qual se pode concluir pela sua aplicação em prol da municipalidade, de forma a descaracterizar o débito inicialmente atribuído ao responsável.

11. Anote-se, por sinal, que a alegada existência de saldo remanescente nas referidas contas bancárias não traz óbices ao estabelecimento dessa convicção de aplicação dos recursos em benefício dos munícipes, até porque, diga-se de passagem, caso essa premissa fosse verdadeira, a simples transferência da conta específica para outras contas do Município geraria essa conclusão em praticamente todos os casos submetidos ao Tribunal, haja vista que dificilmente haveria situações de transferências de valores de contas específicas para outras contas do ente municipal com saldo “zero”. Cumpre ressaltar, contudo, que a jurisprudência do TCU não vem adotando tal premissa, não vislumbrando essa exigência de saldo “zero” como condição para a posterior caracterização do nexo de causalidade entre os recursos federais e uma aplicação em benefício da comunidade local.

12. Demais disso, no caso em concreto, o Relatório do Ministério Público Federal registra para todas essas contas saldos iniciais pouco significativos, incapazes de gerar dúvida significativa sobre a destinação dos recursos provenientes do Convênio e para o estabelecimento do aludido nexo de causalidade (peça n.º 48).

13. E mais, a Assessoria do MPF consegue analisar os dados bancários disponíveis a partir da quebra de sigilo bancário das contas da Prefeitura e asserir, com razoável grau de certeza, o destino de ao menos parte dos valores provenientes do Convênio n.º 589/1996, chegando à conclusão, no essencial, de que, dos R\$ 332.880,84 repassados, pelo menos R\$ 116.268,29 foram destinados ao pagamento de servidores da Prefeitura e R\$ 80.000,00 foram transferidos para a Câmara Municipal de Itabuna, caracterizando-se, a nosso ver, o desvio de finalidade em relação a essa parcela dos recursos, cujo débito deveria, caso ainda fosse possível (não fosse o decurso do prazo de 10 anos sem qualquer comunicação pretérita ao Município), ser atribuído ao ente municipal, e não ao então Gestor, porquanto aplicados em prol da população local, sob a forma de pagamento de seus servidores e emprego na sua Câmara de Vereadores.

14. Quanto aos demais valores, as informações decorrentes da quebra do sigilo bancário não conseguem estabelecer uma destinação precisa, impossibilitando se afastar a presunção inicial do Tribunal, de desvio desses recursos.

15. Dessa forma, reputamos que os documentos novos trazidos pelo recorrente não só lhe aproveitam para fins de admissibilidade do revisional, como também logram demonstrar a aplicação parcial dos recursos recebidos em prol dos munícipes, aproveitando-lhe para diminuir o débito que inicialmente lhe foi imputado por meio do Acórdão n.º 2.109/2003 – 1.ª Câmara.

16. Nesse contexto, opinamos, preliminarmente, por que seja deferida a juntada dos documentos constantes das peças n.ºs 46 a 59, e, quanto ao exame do presente Recurso de Revisão, que dele se conheça, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para fins de reduzir em R\$ 196.268,29 o débito a que foi condenado o Senhor Geraldo Simões de Oliveira, minorando-se, também, o valor da multa que lhe foi aplicada.

Ministério Público, 29 de julho de 2014.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral